

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL - IPREM-POSSE GESTÃO 2013/ 2016.

Aos vinte e nove dias do mês de Outubro de 2015, às 09:00 horas, inicia-se a reunião do Conselho Fiscal, IPREM –POSSE, contando com os seguintes presentes no Instituto de Previdência, Rua Senador Paula Ramos, 262, Centro, na cidade de Santo Antonio de Posse: o Presidente Sr. Basílio Lucon; o Representante do Poder Legislativo Dr. José Eduardo Alves Barbosa; Sr.^a Cynara Romanini; Sr.^a Aparecida Gino. Convidados para Reunião: Monica Aparecida Domingos de Lima-Contadora da Prefeitura; Dr. Fabiano Zago de Oliveira- Advogado do Instituto. **1. Entregue ao Conselho Receitas e Despesas de Julho à Setembro 2015 , 2.Extrato Trimestral das aplicações;3. Contribuições Previdenciárias dos meses de Julho à Setembro de 2015, Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e SAAEP, conforme a Lei de nº 2539/2010, arts.1 e 2 da Lei de nº 2358/2008; cap.VII e nº 2873 de 11/07/2014. 4.Relatório dos afastados; 5. Assembléia Geral de Cotista;6-Assuntos Gerais;7-Oficio Departamento Financeiro.**

Dr. José Eduardo Alves Barbosa , leu a lei para contadora Sra. Monica sobre o repasse do Patronal da Prefeitura e consequência das multas geradas. Monica Respondeu; devido as dificuldades da prefeitura só poderá fazer o repasse entre os meses de Janeiro e fevereiro do ano 2016 onde irá fazer parcelamento, isso é previsão , Dr. Eduardo alertou sobre a improbidade e que as multas serão cobradas da pessoa física e não jurídica.

O Conselho solicita expedição de notificação pessoal ao Ilmo.Sr. Prefeito Municipal para que regularize com urgência o debito do valor atualizado referente as pendências ,desde março/2014 .

Expedição de oficio ao Tribunal de Contas e a Câmara Municipal de Santo Antonio de Posse, informando o descumprimento da Lei de nº 2358/2008 pelo poder Executivo, referente aos repasses.

O Conselho Fiscal, na pessoa do Dr. José Eduardo, solicita que entre com ação contra o ex-superintendente Sr. Adilson José Beltrami Sobrinho, de ressarcimento dos valores apurados em auditoria,na oportunidade os representantes da assessoria jurídica contradada pelo IPREM-POSSE, solicitaram o encaminhamento da referida solicitação para que seja analisada e emitido o parecer jurídico com relação a essa situação.

1-Entregue ao Conselho Fiscal relatório Receitas e Despesas do período de Julho à Setembro de 2015.

2-Entregue Extrato Trimestral das aplicações de Julho à Setembro de 2015,juntamente com comprovantes bancários .

Saldo atual **R\$ 30.344.200,22**(trinta milhões trezentos e quarenta e quatro mil duzentos reais e vinte e dois centavos).

3- Entregue Contribuições Previdenciárias dos meses de Julho à Setembro de 2015.

-Prefeitura Municipal

-Câmara

-SAAEP

4-Entregue relatório dos afastados por doença e licença maternidade.

5-Assembleia Geral de Cotista- LEME MULTISETORIAL IPCA-,em 22/09/15 Reunião da Assembléia convocada pela Gradual- Administradora do Leme Multisetorial IPCA – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, para discutirmos o relatório elaborado pela Ernest & Young Auditores Independentes S.S.

Inicialmente sugeriu-se que o Dr. Matheus Corredato Rossi , advogado contratado pela Gradual, presidisse a assembléia e o Instituto de Paulínia que detém 5% do Capital aplicado no fundo, solicitou que o mesmo a representasse e como não houvesse votos contrários iniciaram-se os trabalhos.

O primeiro ponto a ser questionado foi o parágrafo abaixo , extraído do relatório:

“Os procedimentos executados, descritos no item 2 deste relatório, não constituíram um exame de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, desta forma, não estamos expressando uma opinião ou emitindo qualquer parecer sobre os demonstrativos financeiros ou gerenciais do Fundo nem sobre a estrutura de controles internos do Fundo. Caso tivéssemos aplicado procedimentos adicionais ou realizado uma auditoria ou revisão das demonstrações financeiras de acordo com as normas de auditoria ou de revisão aplicáveis no Brasil (NBC TAs ou NBC TRs), outros assuntos poderiam ter vindo ao nosso conhecimento, os quais teriam sido relatados.”

Conforme explicações da Gradual , o relatório apenas contemplou a análise da documentação em custódia , sem que houvesse análise na qualidade e concessão dos créditos.

O relatório aponta diversas irregularidades nos documentos em custódia e ainda que as empresas cujos títulos estão em desacordo, também estão inadimplentes, gerando apreensão quanto á liquidez do fundo.

Após este primeiro esclarecimento o Dr. Matheus começou a discorrer sobre o relatório. Como em determinado momento a representante do Instituto de Americana o questionasse sobre as explicações dadas, houve um embate em que os participantes da assembléia fizeram muitos apontamentos.

Ao final, sem que houvesse um consenso sobre o referido relatório, optou-se por se criar uma Comissão de Acompanhamento para elucidar as questões pendentes , solicitar um novo relatório elaborado por outra consultoria e determinou-se que até que o novo relatório seja apresentado e apreciado pelos cotistas, nenhuma movimentação será permitida no fundo , tanto a crédito quanto a débito sem que a Comissão de Acompanhamento seja consultada e aprove a movimentação e que o prazo para que o novo relatório fosse apresentado seria de 90 dias.

A Comissão de Acompanhamento é formada pelos Institutos de Americana, Osasco e de São Sebastião.

Esta comissão foi convidada pela Leme a comparecer em seu escritório em Florianópolis na data de 20/10/15. Foi-nos informado que nos será apresentada documentação que poderá esclarecer os fatos pendentes.

○ Instituto IPREM-POSSE, entrega cópia da ata aos membros da reunião do dia 22/09/2015.

Cópia da ata da reunião do dia 20/10/2015, no escritório da Leme em Florianópolis será entregue após 30 dias da data da assembléia após registro em cartório.

7-Ofício nº 174/2015-O Instituto Iprem-Posse, a pedido do Dr. José Eduardo Alves Barbosa, membro do Conselho Fiscal, convida um representante do Departamento Financeiro, para participar da reunião nesta data.

6-ASSUNTOS GERAIS:

1-Ofício nº 173/2015, enviado à Prefeitura informando sobre pendências de valores desde março 2014 até Setembro 2015.

Relatório completo entregue aos membros do Conselho Fiscal.

Dando-se por encerrada a reunião, lavramos a presente ata, que após lida e aprovada segue devidamente assinada por todos os presentes.

Presidente Sr. Basílio Lucon

Dr. José Eduardo Alves Barbosa

Sra. Cynara Romanini

Sr.^a Aparecida Gino

Monica Aparecida Domingos Lima

Dr. Fabiano Zago de Oliveira